

ARQUIVOS DA UNIVERSIDADE, SILÊNCIOS DO PODER: ONTOPOLÍTICA, ECONOMIAS DOCUMENTAIS E DISPUTAS PELA MEMÓRIA INSTITUCIONAL NO BRASIL E EM PORTUGAL

*UNIVERSITY ARCHIVES, SILENCES OF POWER: ONTOPOLITICS,
DOCUMENTARY ECONOMIES, AND DISPUTES OVER INSTITUTIONAL
MEMORY IN BRAZIL AND PORTUGAL*

*ARCHIVOS UNIVERSITARIOS, SILENCIOS DEL PODER: ONTOPOLÍTICA,
ECONOMÍAS DOCUMENTALES Y DISPUTAS POR LA MEMORIA
INSTITUCIONAL EN BRASIL Y PORTUGAL*

Tiago Negrão Andrade ¹
tiago.negrão@unesp.br

Maria Cristina Gobbi ²
cristina.gobbi@unesp.br

RESUMO

Este artigo analisa as políticas arquivísticas e os regimes de comunicação pública em universidades brasileiras e portuguesas, investigando como produzem regimes seletivos de memória e visibilidade. A partir de uma abordagem qualitativa, crítica e documental, que integra revisão sistemática da literatura (protocolo PRISMA), análise de normativas e estudo de plataformas digitais, o estudo evidencia que os arquivos universitários operam como tecnologias ontopolíticas de governo. Os resultados demonstram que a retórica da

¹ Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Mídia e Tecnologia da FAAC – Universidade Estadual Paulista (Unesp). Bacharel em Comunicação Social, com habilitação em Relações Públicas, pela Universidade de Sorocaba (Uniso). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5352-9798> Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6885654276116955>

² Pesquisadora Livre-Docente em História da Comunicação e da Cultura Midiática pela UNESP pela Unesp. Chefa no Departamento de Jornalismo e professora dos cursos de Graduação e de Pós-Graduação da mesma instituição. Bolsista de Produtividade do CNPq e Bolsista Fapesp (Processo 22/08397-6). Diretora Administrativa da ALAIC. Integra o INCT Caleidoscópio. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5629-5010> Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2302756561160804>

transparência e da modernização digital convive com economias do silêncio que hierarquizam documentos e apagam memórias dissidentes, especialmente de grupos racializados e movimentos sociais. A análise conclui pela necessidade de transformar as racionalidades arquivísticas, incorporando epistemologias plurais e fortalecendo práticas insurgentes de contra-arquivo para uma memória institucional democrática.

Palavras-chave: Arquivo universitário; Memória institucional; Silenciamento documental; Epistemologia do Sul; Comunicação pública.

ABSTRACT

This article analyzes archival policies and public communication regimes in Brazilian and Portuguese universities, investigating how they produce selective regimes of memory and visibility. Based on a qualitative, critical, and documentary approach, which integrates a systematic literature review (PRISMA protocol), analysis of regulations, and study of digital platforms, the study shows that university archives operate as ontopolitical technologies of government. The results demonstrate that the rhetoric of transparency and digital modernization coexists with economies of silence that hierarchize documents and erase dissident memories, especially from racialized groups and social movements. The analysis concludes on the need to transform archival rationalities, incorporating plural epistemologies and strengthening insurgent practices of counter-archives for a democratic institutional memory.

Key words: University archive; Institutional memory; Documentary silencing; Epistemology of the South; Public communication.

RESUMEN

Este artículo analiza las políticas archivísticas y los regímenes de comunicación pública en universidades brasileñas y portuguesas, investigando cómo producen regímenes selectivos de memoria y visibilidad. A partir de un enfoque cualitativo, crítico y documental, que integra revisión sistemática de la literatura (protocolo PRISMA), análisis de normativas y estudio de plataformas digitales, el estudio evidencia que los archivos universitarios operan como tecnologías ontopolíticas de gobierno. Los resultados

demuestran que la retórica de la transparencia y la modernización digital convive con economías del silencio que jerarquizan documentos y borran memorias disidentes, especialmente de grupos racializados y movimientos sociales. El análisis concluye en la necesidad de transformar las racionalidades archivísticas, incorporando epistemologías plurales y fortaleciendo prácticas insurgentes de contra-archivo para una memoria institucional democrática.

Palabras clave: Archivo universitario; Memoria institucional; Silenciamiento documental; Epistemología del Sur; Comunicación pública.

1 INTRODUÇÃO

A gestão da memória institucional tornou-se um tema central nas universidades contemporâneas, especialmente diante da expansão de políticas de transparência, digitalização documental e acesso público à informação. Nesse contexto, arquivos universitários deixaram de ser compreendidos apenas como espaços técnicos de preservação documental e passaram a ser analisados como dispositivos institucionais que participam ativamente da construção da memória pública das instituições. Ao selecionar, classificar e disponibilizar documentos, os arquivos delimitam quais experiências, sujeitos e acontecimentos serão reconhecidos como parte da história institucional.

A literatura crítica em arquivística e memória tem demonstrado que esses processos não são neutros. Derrida (1995) argumenta que o arquivo constitui uma instituição de autoridade que define as condições de produção e interpretação do passado. Stoler (2009) reforça essa perspectiva ao mostrar que práticas arquivísticas incorporam decisões administrativas, classificações e procedimentos que estruturam aquilo que pode ser conhecido ou esquecido. No campo da história e da memória social, autores como Halbwachs (1950) e Nora (1984–1992) evidenciam que a memória coletiva depende de estruturas institucionais que selecionam e organizam os vestígios do passado.

Essas discussões tornam-se particularmente relevantes quando articuladas ao campo da comunicação pública. Nas universidades, a memória institucional não é construída apenas pelos arquivos formais, mas também pelas práticas comunicacionais que interpretam, divulgam e enquadram o passado institucional no espaço público.

Conforme argumentam Brandão (2006), Duarte (2007) e Matos (2009), a comunicação pública envolve processos de mediação entre instituições e sociedade, nos quais narrativas sobre o passado, a identidade institucional e o interesse público são continuamente disputadas.

Nesse sentido, arquivos universitários e comunicação pública constituem dimensões interdependentes da produção da memória institucional. Enquanto os arquivos definem os registros documentais disponíveis, práticas comunicacionais — como portais institucionais, exposições, repositórios digitais e iniciativas de divulgação científica — organizam a circulação pública dessas memórias. Essa articulação torna-se especialmente relevante em contextos marcados por disputas sobre reconhecimento histórico, como debates sobre memória da ditadura, colonialismo, racismo institucional ou desigualdades de gênero nas universidades.

Apesar do avanço das políticas de digitalização e acesso aberto, estudos críticos indicam que esses processos frequentemente reproduzem desigualdades documentais históricas. Trouillot (1995) demonstra que os silenciamentos históricos resultam de decisões institucionais que operam em diferentes momentos da produção documental, desde o registro inicial até a preservação final. Mbembe (2003; 2016) argumenta que arquivos modernos frequentemente reproduzem hierarquias coloniais e raciais ao determinar quais vidas e experiências são consideradas dignas de registro histórico. No campo das epistemologias do Sul, Santos (2014) reforça que desigualdades epistêmicas estruturais limitam a visibilidade de saberes e experiências produzidos por grupos historicamente marginalizados.

Diante desse quadro, torna-se necessário investigar como políticas arquivísticas e práticas de comunicação pública atuam conjuntamente na organização da memória universitária. Este artigo analisa essas dinâmicas em universidades brasileiras e portuguesas, investigando de que maneira normas institucionais, sistemas documentais e plataformas digitais produzem regimes seletivos de memória e visibilidade.

O objetivo geral da pesquisa é analisar como políticas arquivísticas e práticas de comunicação pública em universidades do Brasil e de Portugal influenciam a construção da memória institucional. De forma específica, o estudo busca:

- (i) examinar os dispositivos normativos que regulam a gestão documental universitária;
- (ii) analisar como plataformas digitais e repositórios institucionais organizam o acesso à memória acadêmica;
- (iii) identificar lacunas documentais e processos de silenciamento que afetam determinados grupos e experiências;
- (iv) discutir o papel da comunicação pública na ampliação e democratização da memória institucional.

A hipótese central do estudo é que a expansão da digitalização e das políticas de transparência não elimina necessariamente os silenciamentos documentais, podendo reproduzir hierarquias históricas de visibilidade. Nesse cenário, iniciativas de contra-arquivo e práticas comunicacionais voltadas à memória crítica emergem como estratégias capazes de ampliar o campo da memória institucional e promover maior pluralidade narrativa.

2 METODOLOGIA

Esta pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, documental e crítico-interpretativa, voltada à análise das relações entre políticas arquivísticas e práticas de comunicação pública na produção da memória institucional universitária. A investigação articula contribuições da arquivística crítica, da economia política da comunicação e dos estudos de memória, buscando compreender como dispositivos técnicos, normativos e comunicacionais participam da organização da visibilidade documental nas universidades.

O desenho metodológico foi estruturado em três etapas complementares: análise normativa, análise de plataformas digitais e revisão sistemática da literatura. Essa triangulação permitiu examinar simultaneamente as dimensões institucionais, tecnológicas e discursivas que moldam os regimes contemporâneos de memória universitária.

Na primeira etapa, realizou-se a análise de dispositivos normativos que regulam a gestão documental e o acesso à informação em universidades brasileiras e portuguesas.

Foram examinadas a Lei nº 8.159/1991 (Política Nacional de Arquivos), a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018), o Regulamento Geral de Proteção de Dados da União Europeia (2016) e resoluções do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ). Também foram analisados planos de classificação e tabelas de temporalidade adotados por universidades públicas brasileiras e portuguesas. Essa etapa permitiu compreender como normas jurídicas e administrativas estruturam critérios de preservação, descarte e acesso documental, influenciando a produção da memória institucional.

A segunda etapa consistiu na análise de plataformas digitais utilizadas para preservação e divulgação de acervos acadêmicos. Foram observados repositórios institucionais e sistemas digitais de universidades brasileiras e portuguesas, incluindo os repositórios da USP, UNESP, UFMG e UFRGS, bem como a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), o Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal (RCAAP), o UC Digitalis e o Arquivo.pt. A análise concentrou-se em aspectos como tipologias documentais disponíveis, políticas de indexação, metadados utilizados e formas de organização da informação. Esse procedimento permitiu avaliar como plataformas digitais estruturam o campo da visibilidade documental e quais tipos de registros são privilegiados ou marginalizados nesses ambientes.

A terceira etapa envolveu uma revisão sistemática de literatura conduzida de acordo com o protocolo PRISMA 2020 (PAGE et al., 2020). A busca foi realizada nas bases Scopus, Web of Science, SciELO e Portal de Periódicos da CAPES, utilizando descritores em português e inglês relacionados a arquivos universitários, memória institucional, silenciamento documental e comunicação pública. O período analisado compreendeu publicações entre 2000 e 2024. Após a remoção de 122 duplicatas, realizou-se triagem por títulos e resumos, seguida de leitura integral dos estudos selecionados. Ao final do processo, 40 trabalhos foram incluídos no corpus analítico, priorizando pesquisas que abordavam criticamente a relação entre práticas arquivísticas, memória institucional e regimes de visibilidade documental.

A análise do material empírico — composto por documentos normativos, plataformas digitais e literatura especializada — foi conduzida com base na análise temática proposta por Braun e Clarke (2006). Esse procedimento permitiu identificar

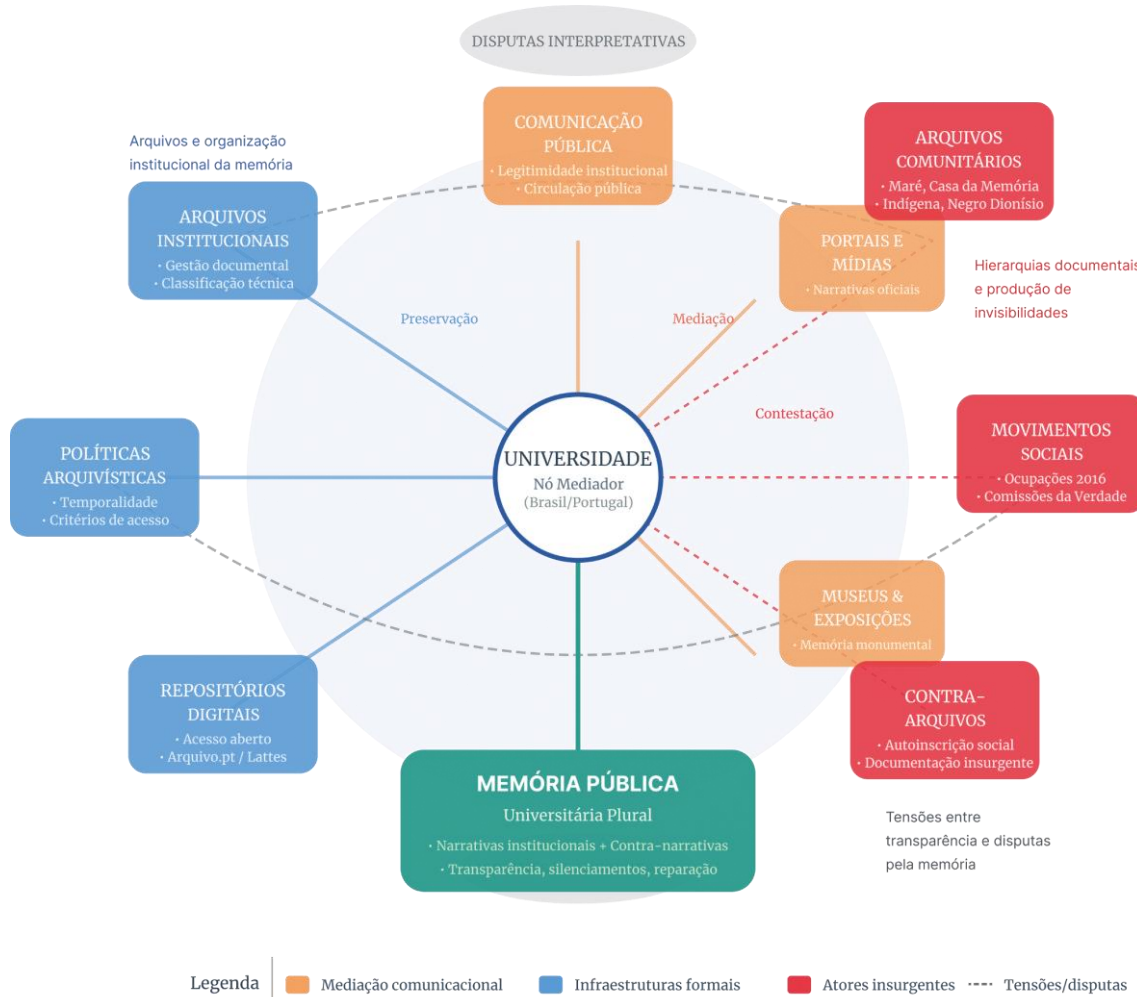
padrões interpretativos recorrentes na literatura e nos dados analisados. As categorias analíticas inicialmente utilizadas foram: (i) regimes institucionais de memória, (ii) silenciamento documental, (iii) transparência e acesso à informação e (iv) iniciativas de contra-arquivo e preservação alternativa. Essas categorias foram posteriormente refinadas ao longo da análise, em diálogo com contribuições teóricas da arquivística crítica e dos estudos de memória.

Do ponto de vista ético, a pesquisa utilizou exclusivamente documentos públicos, plataformas institucionais de acesso aberto e literatura acadêmica indexada. Nenhum dado sensível ou informação pessoal foi coletado ou analisado. O procedimento adotado buscou assegurar transparência metodológica e consistência analítica, permitindo examinar de forma sistemática como normas institucionais, infraestruturas digitais e práticas comunicacionais influenciam a construção da memória universitária.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados foram organizados em três eixos analíticos derivados da triangulação entre análise normativa, observação de plataformas digitais e revisão sistemática da literatura. Esses eixos permitem compreender como políticas arquivísticas, infraestruturas digitais e práticas de comunicação pública participam da produção da memória universitária no Brasil e em Portugal.

Figura 1. Ecossistema de Memória Institucional Universitária: articulação entre arquivos, comunicação pública e disputas pela memória



Fonte: os autores, baseado em Derrida (1995), Stoler (2009), Brandão (2006), Duarte (2007), Matos (2009), Santos (2014), Schwartz e Cook (2002).

A figura 1 sintetiza a tese central do artigo: a memória institucional universitária resulta da interação entre três dimensões. As infraestruturas formais (azul), compostas por arquivos institucionais e políticas arquivísticas, definem critérios de preservação e visibilidade documental. A comunicação pública (laranja) media a relação entre arquivos e sociedade, transformando documentos em narrativas institucionais. Já os atores insurgentes (vermelho), como arquivos comunitários e movimentos sociais, contestam essas narrativas ao produzir contra-arquivos que registram experiências marginalizadas.

Nesse contexto, a memória pública (verde) emerge como resultado plural e conflituoso dessas disputas. A universidade atua como mediadora entre diferentes formas de documentação, e a democratização da memória depende da articulação — sem subordinação — entre arquivos institucionais e práticas insurgentes de documentação.

Parte-se da compreensão de que arquivos institucionais não são apenas dispositivos técnicos de preservação, mas infraestruturas sociopolíticas que organizam regimes de visibilidade do passado. Assim, práticas arquivísticas, políticas de comunicação e sistemas digitais interagem na construção das narrativas institucionais.

A análise discute três dimensões principais: (1) o papel dos arquivos na organização da memória universitária; (2) as hierarquias documentais que produzem invisibilidades; e (3) as tensões entre transparência institucional, comunicação pública e disputas contemporâneas pela memória universitária.

3.1 Arquivo, memória institucional e comunicação pública nas universidades

A gestão arquivística nas universidades desempenha papel central na organização da memória institucional ao estabelecer critérios de classificação, preservação e acesso a documentos produzidos pelas instituições. Conforme observa Derrida (1995), o arquivo constitui uma instância de autoridade que define as condições de possibilidade da memória ao determinar quais registros serão preservados e quais permanecerão ausentes do registro histórico. Nesse sentido, práticas arquivísticas participam diretamente da construção das narrativas institucionais sobre o passado.

Estudos da arquivística crítica destacam que arquivos não devem ser compreendidos como repositórios neutros de documentos, mas como dispositivos institucionais que organizam regimes de conhecimento e visibilidade. Para Stoler (2009), os arquivos operam como campos de produção documental nos quais procedimentos técnicos, classificações e protocolos administrativos estruturam aquilo que pode ser registrado, preservado e pesquisado. Essa perspectiva permite compreender por que determinadas experiências sociais permanecem mais documentadas que outras nos acervos institucionais.

No contexto universitário, essa dinâmica se articula às formas pelas quais instituições produzem e comunicam sua própria história. A literatura sobre memória coletiva demonstra que instituições participam ativamente da construção de narrativas sobre o passado por meio de processos de seleção, monumentalização e institucionalização da memória (HALBWACHS, 1950; NORA, 1984). Esses processos tornam determinados eventos e trajetórias centrais para a identidade institucional, enquanto outros permanecem menos visíveis nos registros oficiais.

Nesse cenário, a comunicação pública universitária assume papel estratégico na mediação entre arquivos institucionais e sociedade. A comunicação pública, conforme discutem Brandão (2006), Duarte (2007) e Matos (2009), envolve práticas institucionais voltadas à circulação pública de informações de interesse coletivo e à construção de relações entre instituições e cidadãos. No caso das universidades, essas práticas incluem portais institucionais, projetos de memória universitária, exposições históricas, divulgação científica e iniciativas de comunicação institucional.

Pesquisas sobre comunicação universitária indicam que essas práticas não apenas divulgam informações institucionais, mas também contribuem para a construção da legitimidade pública das universidades (BARICHELLO, 2001; BARICHELLO, 2013). Ao selecionar eventos históricos, trajetórias acadêmicas e realizações institucionais para divulgação pública, as instituições participam ativamente da produção de narrativas sobre sua própria história.

Além disso, estudos sobre redes de comunicação pública mostram que a circulação social de narrativas institucionais ocorre em ambientes comunicacionais complexos, nos quais diferentes atores — universidades, mídia, movimentos sociais e comunidades acadêmicas — disputam visibilidade e interpretação sobre eventos históricos (WEBER, 2017). A memória institucional universitária emerge, portanto, de processos comunicacionais que articulam arquivos, narrativas institucionais e debates públicos.

No Brasil e em Portugal, essas dinâmicas tornam-se particularmente visíveis em controvérsias relacionadas à memória universitária. Debates sobre documentos da ditadura civil-militar, registros de movimentos estudantis, coleções coloniais ou trajetórias de grupos historicamente marginalizados revelam que arquivos universitários

não apenas preservam documentos, mas participam de disputas públicas sobre interpretação histórica e reconhecimento institucional.

Nesse contexto, compreender a relação entre arquivos e comunicação pública torna-se fundamental para analisar como universidades produzem e divulgam suas narrativas históricas. A articulação entre gestão documental, políticas institucionais e práticas comunicacionais define não apenas quais documentos permanecem preservados, mas também quais memórias se tornam socialmente visíveis no espaço público universitário.

3.2 Arquivos comunitários e práticas alternativas de documentação

A existência de lacunas documentais nos arquivos institucionais tem estimulado o surgimento de iniciativas autônomas de preservação da memória social. Essas iniciativas incluem arquivos comunitários, projetos colaborativos de documentação e acervos digitais produzidos por movimentos sociais, coletivos estudantis e organizações culturais. Diferentemente dos arquivos institucionais, que operam segundo normas administrativas e critérios formais de classificação documental, esses projetos frequentemente emergem de demandas sociais por reconhecimento histórico e visibilidade pública.

A literatura sobre mídia alternativa e comunicação comunitária demonstra que grupos sociais historicamente marginalizados frequentemente desenvolvem infraestruturas próprias de produção e preservação de informação para registrar experiências coletivas e disputas políticas (DOWNING, 2004; PERUZZO, 2024). Esses processos incluem registros audiovisuais, coleções documentais digitais, arquivos colaborativos e plataformas de memória que funcionam como espaços de autoinscrição social.

No contexto brasileiro, diferentes iniciativas desse tipo têm se consolidado nas últimas décadas, especialmente em contextos urbanos, movimentos sociais e organizações culturais. Esses projetos frequentemente combinam práticas arquivísticas,

produção audiovisual e comunicação digital para preservar narrativas locais e experiências sociais que raramente aparecem nos registros institucionais tradicionais.

A tabela 1 apresenta alguns exemplos de iniciativas de arquivos comunitários e insurgentes no Brasil, destacando a diversidade de formatos e estratégias de preservação adotadas por esses projetos. Essas experiências incluem arquivos territoriais, acervos digitais de movimentos sociais e iniciativas voltadas à preservação de memórias de populações historicamente marginalizadas.

Tabela 1. Arquivos comunitários e insurgentes presentes no Brasil

Projeto / Coletivo	Local	Descrição (informação real e confirmável)
Arquivo Comunitário da Maré	Rio de Janeiro	Preserva documentos, fotografias, entrevistas e narrativas das favelas da Maré
Coletivo Negro Marcos Dionísio	Rio Grande do Norte	Mantém arquivos digitais sobre movimentos negros, documentos e produções culturais
Acervos das Ocupações de 2016	Diversos estados	Registros autogeridos de manifestações, comunicados, fotos, documentos estudantis
Memórias da Ditadura – Arquivo Nacional	Brasília	Documentos oficiais do período da ditadura civil-militar (1964–1985)
Casa da Memória Indígena	São Paulo	Acervo dedicado à preservação de narrativas, documentos e histórias de povos originários

Fonte: Autor (2025), com base em Arquivo Nacional (2025), Redes da Maré (2025), Casa da Memória Indígena (2025), Coletivo Negro Marcos Dionísio (2025) e Memórias da Ditadura (2025).

Essas iniciativas revelam que a produção da memória social não depende exclusivamente das instituições arquivísticas formais. Diferentes atores sociais participam da documentação de experiências coletivas, ampliando o campo da memória pública e produzindo registros que frequentemente complementam os acervos institucionais. Como observa Santos (2014), práticas de produção de conhecimento

situadas em contextos sociais diversos podem ampliar os horizontes epistemológicos das instituições e contribuir para a democratização do conhecimento.

Além disso, iniciativas documentais comunitárias frequentemente utilizam tecnologias digitais abertas para ampliar a circulação pública desses registros. Plataformas digitais, redes sociais e repositórios colaborativos tornam possível compartilhar documentos, fotografias e relatos históricos com públicos amplos, criando redes de memória que operam paralelamente às instituições formais.

Nesse cenário, a comunicação pública universitária pode desempenhar papel relevante ao estabelecer pontes entre arquivos institucionais e iniciativas documentais comunitárias. Projetos de extensão universitária, exposições históricas, programas de memória institucional e parcerias com organizações sociais podem contribuir para integrar diferentes formas de documentação, ampliando a pluralidade de narrativas sobre a história universitária.

3.3 Disputas institucionais e regimes contemporâneos de memória universitária

A análise comparativa dos casos documentais identificados na pesquisa evidencia que a memória institucional universitária se constitui em um campo de disputas contínuas entre diferentes atores sociais, políticos e institucionais. Universidades não apenas produzem conhecimento científico, mas também operam como instituições responsáveis pela organização e circulação pública de narrativas históricas sobre sua própria trajetória. Nesse contexto, arquivos institucionais, políticas de comunicação e práticas de preservação documental tornam-se instrumentos fundamentais na construção da memória pública universitária.

A literatura sobre comunicação pública enfatiza que instituições públicas não atuam apenas como produtoras de informação, mas como mediadoras de sentidos coletivos e legitimidades sociais (BRANDÃO, 2006; DUARTE, 2007). Nesse processo, políticas de comunicação institucional participam diretamente da construção das narrativas que circulam no espaço público sobre a história das organizações. Como

observa Matos (2009), a comunicação pública envolve disputas interpretativas sobre valores, memória e responsabilidade institucional perante a sociedade.

No caso das universidades, essas disputas tornam-se particularmente visíveis quando diferentes grupos sociais reivindicam reconhecimento histórico ou contestam versões institucionais do passado. Debates públicos sobre a memória da ditadura civil-militar no Brasil, por exemplo, evidenciam tensões entre narrativas oficiais e iniciativas de revisão histórica promovidas por comissões da verdade, pesquisadores e movimentos sociais. Processos semelhantes podem ser observados em Portugal, especialmente nos debates recentes sobre acervos coloniais e sobre a presença de estudantes africanos e asiáticos nas universidades durante o período imperial.

A tabela 2 reúne um conjunto de casos empíricos identificados durante a pesquisa que ilustram como essas disputas se manifestam em diferentes contextos institucionais. Os exemplos incluem reportagens investigativas, estudos acadêmicos, iniciativas arquivísticas e plataformas digitais que documentam conflitos relacionados à preservação documental, à circulação pública de registros históricos e à interpretação do passado institucional.

Tabela 2 – Casos empíricos sobre arquivos, silenciamentos e memória institucional (Brasil e Portugal)

Caso analisado	País / Instituição	Evidência empírica	Contribuição analítica	Referência (autor, ano)
Documentos revelam controle político e ideológico na USP (AESI)	Brasil – USP	Reportagem baseada em documentos institucionais	Demonstra vigilância interna, censura e gestão política da memória	Jornal USP, 2023
Homenagens e reativação da memória de estudantes mortos pela ditadura	Brasil – USP	Cobertura jornalística com dados históricos sobre desaparecidos políticos da USP	Evidencia apagamentos institucionais e esforços atuais de reparação	IHU Unisinos, 2024

Panorama das Comissões da Verdade no Brasil	Brasil – Nacional	Estudo acadêmico sistematizando mais de 20 comissões	Demonstra padrão nacional de lacunas documentais, destruição e dificuldades de acesso	Silva; Pereira, 2019
Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC)	Portugal – UC	Publicações sobre arquivística, acervos coloniais, memória institucional	Permite análise comparativa sobre regimes de visibilidade e colonialidade	Arquivo da Universidad e de Coimbra, 2023
Arquivo.pt – preservação da web portuguesa	Portugal – FCCN/FCT	Plataforma nacional de arquivamento da web	Mostra padrão de preservação digital e lacunas sobre movimentos sociais	FCCN, 2025
Reativação recente da memória da ditadura no Brasil	Brasil – Nacional	Reportagem da Agência Brasil	Demonstra relevância contemporânea das disputas pela memória pública	Agência Brasil, 2025
Estudo sobre avaliação documental e gestão arquivística em universidades	Brasil – UFMG	Tese de doutorado	Dá base técnica para discutir seleção, descarte e temporalidade	Gomes, 2022
Debates sobre coleções coloniais universitárias	Portugal	Coberturas jornalísticas sobre acervos coloniais e disputas públicas	Evidencia tensões entre curadoria, crítica pós-colonial e memória institucional	Público, 2023

Documentação das ocupações estudantis de 2016	Brasil – Nacional	Reportagem sobre arquivos insurgentes produzidos por estudantes	Exemplo claro de contra-arquivo e autoinscrição	Nexo Jornal, 2017
---	-------------------	---	---	-------------------

A diversidade dos casos apresentados na tabela 2 demonstra que a memória institucional universitária não é produzida exclusivamente no interior das estruturas administrativas das universidades. Diferentes atores sociais — pesquisadores, jornalistas, estudantes, coletivos sociais e instituições públicas — participam da produção e circulação de narrativas sobre a história universitária. Esse processo gera um campo de disputas interpretativas no qual diferentes versões do passado competem por reconhecimento público.

Nesse contexto, infraestruturas digitais de preservação documental também desempenham papel relevante na configuração desses regimes contemporâneos de memória. Plataformas como o Arquivo.pt, repositórios institucionais e sistemas nacionais de acesso aberto ampliam significativamente a disponibilidade de documentos e registros históricos. Contudo, essas infraestruturas também refletem escolhas institucionais sobre o que será preservado, indexado e disponibilizado ao público.

Schwartz e Cook (2002) observam que arquivos devem ser compreendidos como infraestruturas de poder que participam da construção social da memória. Ao selecionar documentos, organizar classificações e definir critérios de acesso, instituições arquivísticas influenciam diretamente as possibilidades de pesquisa e interpretação histórica. Dessa forma, políticas de preservação documental estão intrinsecamente relacionadas às narrativas públicas que podem emergir a partir desses registros.

A comunicação pública universitária desempenha papel central nesse processo ao mediar a circulação social desses documentos e narrativas históricas. Portais institucionais, museus universitários, exposições históricas, programas de memória institucional e projetos de extensão contribuem para tornar determinados registros documentais visíveis ao público. Como destaca Weber (2017), redes de comunicação pública institucional podem ampliar a transparência e fortalecer a legitimidade das

organizações públicas ao promover maior circulação de informações e registros históricos.

Entretanto, a visibilidade pública dessas narrativas depende de escolhas comunicacionais e institucionais que nem sempre são neutras. Políticas editoriais, estratégias de comunicação institucional e decisões administrativas podem influenciar quais eventos históricos são destacados ou silenciados na narrativa pública das universidades. Nesse sentido, a relação entre política de comunicação institucional e política de arquivos torna-se fundamental para compreender como as instituições organizam sua memória pública.

Barichello (2013) argumenta que universidades contemporâneas operam em ecossistemas comunicacionais complexos, nos quais diferentes plataformas digitais, mídias institucionais e redes sociais participam da construção da imagem pública institucional. Nesse ambiente, arquivos universitários e repositórios digitais deixam de ser apenas instrumentos administrativos e passam a integrar estratégias mais amplas de comunicação institucional e legitimação social.

Assim, compreender os regimes contemporâneos de memória universitária exige considerar simultaneamente dimensões arquivísticas, comunicacionais e políticas. Arquivos institucionais, plataformas digitais, políticas de comunicação e iniciativas documentais comunitárias formam um ecossistema de memória no qual diferentes narrativas competem por visibilidade e reconhecimento público.

Nesse cenário, a memória institucional universitária emerge como um processo dinâmico, continuamente reconfigurado por disputas interpretativas, transformações tecnológicas e demandas sociais por reconhecimento histórico. As universidades, ao lidarem com essas tensões, assumem papel central na mediação entre preservação documental, produção de conhecimento e circulação pública da memória coletiva.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada ao longo deste artigo evidencia que os arquivos universitários desempenham papel central na organização da memória institucional ao definir quais

registros documentais são preservados, classificados e disponibilizados para circulação pública. Longe de constituírem apenas infraestruturas técnicas de gestão documental, arquivos institucionais participam da construção das narrativas históricas que universidades produzem sobre si mesmas e comunicam à sociedade.

A investigação comparativa entre universidades brasileiras e portuguesas demonstrou que políticas arquivísticas, sistemas de gestão documental e plataformas digitais estruturam regimes de visibilidade documental que influenciam diretamente o campo da memória institucional. Instrumentos como tabelas de temporalidade, repositórios institucionais e sistemas de acesso aberto ampliam significativamente a disponibilidade de documentos acadêmicos e administrativos. Contudo, esses dispositivos também reproduzem hierarquias documentais que tendem a privilegiar registros formais da vida institucional em detrimento de experiências sociais, mobilizações estudantis e iniciativas comunitárias.

Nesse contexto, a comunicação pública universitária emerge como dimensão fundamental na mediação entre arquivos institucionais e sociedade. Conforme destacam Brandão (2006), Duarte (2007) e Matos (2009), a comunicação pública envolve processos de circulação de informações de interesse coletivo e participação cidadã na construção do espaço público. No caso das universidades, práticas comunicacionais institucionais — como portais institucionais, exposições históricas, museus universitários, projetos de memória e iniciativas de divulgação científica — contribuem para tornar determinados registros documentais visíveis e interpretáveis no debate público.

Os resultados indicam que a memória institucional universitária é produzida por meio da interação entre diferentes infraestruturas documentais e comunicacionais. Arquivos institucionais, plataformas digitais, políticas de comunicação e iniciativas documentais comunitárias formam um ecossistema de memória no qual diferentes atores participam da produção e circulação de narrativas históricas. Nesse ecossistema, universidades, pesquisadores, jornalistas, movimentos sociais e comunidades acadêmicas disputam interpretações sobre eventos históricos, trajetórias institucionais e experiências coletivas.

A análise das iniciativas de arquivos comunitários e projetos de documentação social também demonstra que a preservação da memória universitária não ocorre

exclusivamente no interior das instituições. Experiências como arquivos territoriais, acervos digitais de movimentos sociais e iniciativas de memória produzidas por coletivos estudantis e organizações culturais revelam a existência de infraestruturas alternativas de documentação que ampliam o campo da memória pública. Como argumenta Santos (2014), a valorização dessas práticas pode contribuir para ampliar horizontes epistemológicos e democratizar a produção do conhecimento histórico.

Ao mesmo tempo, os casos empíricos analisados indicam que a memória institucional universitária é frequentemente objeto de disputas interpretativas. Debates públicos sobre documentos da ditadura civil-militar no Brasil, revisões críticas de acervos coloniais em Portugal e iniciativas de reconhecimento de grupos historicamente marginalizados demonstram que arquivos e políticas de memória constituem espaços de negociação entre diferentes visões sobre o passado institucional.

Nesse cenário, a articulação entre políticas de arquivos e políticas de comunicação institucional torna-se elemento estratégico para universidades que buscam ampliar a transparência e fortalecer sua relação com a sociedade. Como indicam estudos sobre redes de comunicação pública (WEBER, 2017) e ecossistemas comunicacionais universitários (BARICHELLO, 2001; 2013), práticas comunicacionais podem contribuir para ampliar a circulação pública de documentos históricos e estimular debates mais amplos sobre a memória institucional.

A integração entre gestão documental, comunicação pública e iniciativas sociais de documentação apresenta, portanto, potencial para fortalecer regimes mais plurais de memória universitária. Ao reconhecer a diversidade de atores envolvidos na produção e preservação de registros históricos, universidades podem ampliar a visibilidade de experiências sociais frequentemente ausentes dos arquivos institucionais e promover formas mais inclusivas de construção da memória coletiva.

Dessa forma, compreender a memória institucional universitária como resultado de processos arquivísticos, comunicacionais e sociais permite analisar de maneira mais abrangente as disputas contemporâneas em torno da preservação documental e da circulação pública da história das universidades. Em contextos marcados por transformações tecnológicas, demandas sociais por reconhecimento histórico e expansão das infraestruturas digitais de informação, a reflexão sobre arquivos e comunicação

pública torna-se fundamental para compreender como universidades organizam, interpretam e compartilham sua própria memória institucional.

Agradecimentos

Ao Programa de Pós-Graduação em Mídia e Tecnologia da FAAC/UNESP e ao professor Dr. José Osvando Moraes (inmemoriam). O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) (Proc. 2022/08397-6) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) (Proc. 305265/2023-7).

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. **Comissão da Verdade se multiplica em trabalhos como “Ainda Estou Aqui”**. Brasília, 2025. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2025-01/-comissao-da-verdade-se-multiplica-em-trabalhos-como-ainda-estou-aqui>. Acesso em: 4 dez. 2025.

ARQUIVO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA. **Boletim do AUC**. Coimbra, 2023. Disponível em: <https://impactum-journals.uc.pt/boletimauc/issue/archive>. Acesso em: 4 dez. 2025.

ARQUIVO NACIONAL. **Memórias da Ditadura**. Brasília: Ministério da Justiça, 2025. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/>. Acesso em: 3 dez. 2025.

BARICHELLO, Eugenia Maria Mariano da Rocha. **Comunicação e comunidade do saber**. Santa Maria: Pallotti, 2001.

BARICHELLO, Eugenia Maria Mariano da Rocha. Comunicação organizacional no contexto midiático digital: a reconfiguração dos fluxos comunicacionais. **Comunicação Midiática**, Bauru, 2013. Disponível em: <https://www2.faac.unesp.br/comunicacaomidiatica/index.php/CM/article/view/292>. Acesso em: 10 mar. 2026.

BRANDÃO, E. P. **A comunicação pública: Estado, governo e sociedade**. Brasília: Editora UnB, 2006.

BRASIL. Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados. **Diário Oficial da União**, Brasília, 9 jan. 1991. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18159.htm. Acesso em: 3 dez. 2025.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Lei de Acesso à Informação (LAI). **Diário Oficial da União**, Brasília, 18 nov. 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 3 dez. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). **Diário Oficial da União**, Brasília, 15 ago. 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm. Acesso em: 3 dez. 2025.

BRAUN, V.; CLARKE, V. Using thematic analysis in psychology. **Qualitative Research in Psychology**, v. 3, n. 2, p. 77-101, 2006.

CASA DA MEMÓRIA INDÍGENA. **Acervo Digital**. São Paulo, 2025. Disponível em: <https://casadamemoriaindigena.org.br/>. Acesso em: 3 dez. 2025.

COLETIVO NEGRO MARCOS DIONÍSIO. **Acervo Digital**. Natal, 2025. Disponível em: <https://www.instagram.com/coletivomarcosdionisio/>. Acesso em: 3 dez. 2025.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (CONARQ). Resolução nº 14, de 24 de outubro de 2001. Estabelece diretrizes para a gestão arquivística. Brasília: Arquivo Nacional, 2001. Disponível em: <https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/conarq/resolucoes>. Acesso em: 3 dez. 2025.

COOK, Terry; SCHWARTZ, Joan M. Archives, records, and power: from (postmodern) theory to (archival) performance. **Archival Science**, v. 2, n. 3-4, p. 171-185, 2002.

COOK, T.; SCHWARTZ, J. M. Archives, records, and power: the making of modern memory. **Archival Science**, v. 2, p. 1-19, 2002.

DERRIDA, J. **Mal de arquivo: uma impressão freudiana**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

DOWNING, John D. H. **Radical media: rebellious communication and social movements**. Thousand Oaks: Sage Publications, 2004.

DUARTE, J. **Comunicação pública: Estado, governo e sociedade**. São Paulo: Atlas, 2007.

FCCN. **Arquivo.pt: pesquisa e preservação da web portuguesa**. Lisboa, 2025. Disponível em: <https://arquivo.pt/>. Acesso em: 4 dez. 2025.

GOMES, M. **Avaliação de documentos de arquivo na administração pública: estudo aplicado em universidades brasileiras**. 2022. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstreams/8415f263-ad6d-4019-9b91-32aaaaea61fa4/download>. Acesso em: 4 dez. 2025.

HALBWACHS, M. **La mémoire collective**. Paris: Presses Universitaires de France, 1950.
IBICT. **Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)**. Brasília: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, 2025. Disponível em: <https://bdtb.ibict.br/>. Acesso em: 3 dez. 2025.

IHU UNISINOS. Estudantes da USP mortos pela ditadura são homenageados 60 anos depois do início do regime. São Leopoldo, 2024. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/642946-estudantes-da-usp-mortos-pela-ditadura-sao-homenageados-60-anos-depois-do-inicio-do-regime>. Acesso em: 4 dez. 2025.

JORNAL USP. Documentos revelam como era realizado o controle político e ideológico na USP durante a ditadura militar. São Paulo, 2023. Disponível em:

<https://jornal.usp.br/ciencias/documentos-revelam-como-era-realizado-o-controle-politico-e-ideologico-na-usp-durante-a-ditadura-militar/>. Acesso em: 4 dez. 2025.

MATOS, H.; BRANDÃO, E. (org.). **Comunicação pública: notas para uma teoria e prática social**. São Paulo: Paulus, 2009.

MBEMBE, A. Necropolitics. **Public Culture**, v. 15, n. 1, p. 11-40, 2003.

MBEMBE, A. **Políticas da inimizade**. Lisboa: Antígona, 2017.

NEXO JORNAL. Como as ocupações estudantis de 2016 foram documentadas por estudantes. São Paulo, 2017. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/>. Acesso em: 4 dez. 2025.

NORA, P. (org.). **Les lieux de mémoire**. Paris: Gallimard, 3 v., 1984-1992.

PAGE, M. J. et al. The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews. **BMJ**, n. 372, p. 71, 2020.

PERUZZO, Círcia Maria Krohling. **Fundamentos teóricos da comunicação popular, comunitária e alternativa**. Vitória: Edufes, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufes.br/items/16d146f7-aa4b-42dd-b832-97fb9442d1ed>. Acesso em: 10 mar. 2026.

PÚBLICO. Debate sobre coleções coloniais reacende discussões na Universidade de Coimbra. Lisboa, 2023. Disponível em: <https://www.publico.pt/>. Acesso em: 4 dez. 2025.

REDES DA MARÉ. **Arquivo Comunitário da Maré**. Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://www.redesdamare.org.br/br/arquivo-comunitario-da-mare>. Acesso em: 3 dez. 2025.

SANTOS, B. S. **Epistemologies of the South: justice against epistemicide**. Boulder: Paradigm Publishers, 2014.

SCHWARTZ, Joan M.; COOK, Terry. Archives, records, and power: the making of modern memory. **Archival Science**, v. 2, n. 1-2, p. 1-19, 2002.

SILVA, J. L.; PEREIRA, A. P. Comissões da Verdade no Brasil: panorama dos trabalhos realizados e desafios de acesso aos acervos. **Anais do ENANCIB**, Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://conferencias.ufsc.br/index.php/enancib/2019/paper/download/835/703>. Acesso em: 4 dez. 2025.

STOLER, A. L. **Along the archival grain: epistemic anxieties and colonial common sense**. Princeton: Princeton University Press, 2009.

TROUILLOT, M.-R. **Silencing the past: power and the production of history**. Boston: Beacon Press, 1995.

WEBER, Maria Helena. Redes de comunicação pública: instituições e sociedade. In: KUNSCH, Margarida Maria Krohling (org.). **Comunicação pública: interfaces e territórios**. São Paulo: ECA-USP, 2017.

Original recebido em: 04 de dezembro de 2025

Aceito para publicação em: 10 de março de 2026

Tiago Negrão Andrade

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Mídia e Tecnologia da FAAC – Universidade Estadual Paulista (Unesp). Bacharel em Comunicação Social, com habilitação em Relações Públicas, pela Universidade de Sorocaba (Uniso).

Maria Cristina Gobbi

Pesquisadora Livre-Docente em História da Comunicação e da Cultura Midiática pela UNESP pela Unesp. Chefa no Departamento de Jornalismo e professora dos cursos de Graduação e de Pós-Graduação da mesma instituição. Bolsista de Produtividade do CNPq e Bolsista Fapesp (Processo 22/08397-6). Diretora Administrativa da ALAIC. Integra o INCT Caleidoscópio.



Esta obra está licenciada com uma Licença
Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional